

ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior. Solicito ao deputado Paulo Duarte, para assumir momentaneamente a primeira-secretaria. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público presente e a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. “Ata da Octogésima Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Cinco da Octogésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 52/2025, da Fundação Nacional de Saúde; Ofício nº 1.902/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Carta da Associação dos Advogados de Mato Grosso do Sul; Carta Ato de Amor Animal; Ofício nº 133-2023/2027 do Grande Oriente do Brasil-Mato Grosso do Sul; Ofício nº 13.694/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1.939/2025, do Conselho Regional de Administração de Mato Grosso do Sul; Carta da Grande Loja Maçônica do Estado de Mato Grosso do Sul; Cartas nºs 974 e 957/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Caravina, Zeca do PT, Professor Rinaldo e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Neno Razuk, Lucas de Lima, Jamilson Name, Pedrossian Neto, Zé Teixeira, Gleice Jane, Coronel David, Lia Nogueira e Mara Caseiro. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Zé Teixeira e Mara Caseiro. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 32/2025, de autoria do deputado Coronel David; Projeto de Resolução nº 41/2025, de autoria do deputado Lucas de Lima; Projeto de Resolução nº 33/2025, de autoria do deputado Gerson Claro; Projeto de Resolução nº 47/2025, de autoria do deputado Caravina; Projeto de Resolução nº 60/2025, de autoria do deputado Pedrossian Neto; Projeto de Resolução nº 35/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 65/2025, de autoria da deputada Gleice Jane. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 3/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique,

endereçada aos familiares de Wedney Rodolpho de Oliveira; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à Escola Agrícola Municipal Barão do Rio Branco, no distrito de Rochedinho, na cidade de Campo Grande-MS, pela modalidade de ensino que une a teoria com a prática, possibilitando aos alunos uma formação completa, tanto em sala de aula quanto nas atividades práticas em zootecnia e agrícola, realizadas em hortas, tanque de peixes, apiários, viveiros, aviários e curral; requerimento de moção de aplauso, de autoria dos deputados Caravina e Coronel David, endereçada aos peritos oficiais forenses papiloscopistas da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo relevante trabalho realizado na identificação da vítima do acidente aéreo ocorrido no último dia 23, em Aquidauana; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) pela realização do Festival Mais Cultura, entre os dias 22 e 27 de setembro de 2025, evento que se consolida como uma das maiores iniciativas de valorização e democratização da arte e da cultura no Estado; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao grupo Brô MC's, de Dourados (MS), pela histórica apresentação realizada no festival The Town, em São Paulo, no dia 12 de setembro de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao senhor Janssen Portela Galhardo, secretário Municipal de Saúde, de Iguatemi, pela posse como presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso do Sul (Cosems//MS); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à terceiro-sargento PM Luciene de Fátima Oliveira Castro, por sua notável e incansável dedicação à educação para o trânsito, contribuindo, de forma singular, para a construção de uma sociedade mais segura e consciente"; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Festival Internacional de Teatro de Dourados (FIT), pela realização de sua 11ª edição, entre os dias 18 e 27 de setembro de 2025, após seis anos de hiato; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à senhora Romilda Pizani, em razão de sua relevante trajetória de militância e da recente conquista de representar o movimento negro de Mato Grosso do Sul e do Brasil em palestra a ser proferida na Universidade Central da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao economista, doutor em educação e professor universitário Gabriel Nemirovsky, pela assunção da coordenação do núcleo Mato Grosso do Sul, da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), em solenidade realizada no dia 25 de setembro do corrente ano; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, em celebração ao Dia Nacional e Internacional do Idoso, comemorado em 1º de outubro de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao doutor Sérgio Marcolino Longen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (Fiems), por sua nomeação como primeiro Cônsul Honorário do Japão em Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à Delegacia de Polícia de Nova Alvorada do Sul, na pessoa de seu delegado, doutor Valter Guelssi; requerimentos de informações, de autoria da deputada Gleice Jane. O deputado João Henrique declarou seu voto contrário à indicação sob o Protocolo nº 03601/2025, de autoria da deputada Gleice Jane. Indicações, de autoria dos deputados Professor Rinaldo, Gleice Jane, Gerson Claro, Coronel David, Lia Nogueira, Jamilson Name, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Zeca do PT, Roberto Hashioka, Pedro Kemp, Junior Mochi, Paulo Corrêa, Lucas de Lim e Mara Caseiro. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna, pelo doutor Ramon Moraes Penha, para falar sobre o panorama da pessoa idosa, no Mato Grosso do Sul, em comemoração ao Dia Nacional e Internacional da Pessoa Idosa. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou

lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, primeiro de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Vou passar a palavra ao deputado Paulo Duarte, mas antes gostaria de cumprimentar o Everaldo Rodrigues, presidente do Sindicato dos Vigilantes do Município de Naviraí e região; o senhor Antônio Goes Ferreira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Dourados e região; o senhor Celso Adriano Gomes da Rocha, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Campo Grande e região. Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania. Solicito ao deputado Paulo Duarte que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores que nos visitam. Expediente da Sessão Ordinária do dia 02 de outubro de 2025: Ofício nº 3.695/2025, da Presidência da República, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3229/2025); Ofícios nºs 105 e 106/2025, da Fundação Nacional de Saúde – encaminhando aprovação, com ressalvas, da prestação de contas final TC/PAC nº 817/2007 – sistema de abastecimento de água de diversos municípios (Prot. nº 3808/2025); Ofício nº 0601/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando contrato de repasse celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Caixa Econômica Federal (Prot. nº 3782/2025); Ofício nº 332/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo ao requerimento do deputado Lucas de Lima (Prot. nº 2883/2025); Ofício nº 909/2025, da Prefeitura Municipal de Ivinhema, respondendo à indicação do deputado Neno Razuk (Prot. nº 2706/2025); Ofício nº 01/2025, do Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância Patrimonial, Eletrônica, Transportes de Valores, Escolta Armada, Escola de Formação de Vigilantes e Vigilantes Orgânicos de Campo Grande e Região, solicitando a rejeição do projeto de lei complementar que legaliza a atuação de policiais militares na segurança privada (PLC nº 08/2025). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, como eu não encontrei no resumo da Ordem do Dia, eu gostaria de saber se tem algum projeto relacionado à questão da segurança privada no nosso estado para decidir.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vou consultar o meu consultor jurídico. Não existe projeto que tenha essa regulamentação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, primeiro eu quero fazer o esclarecimento aos companheiros do sindicato que estão presentes aqui e dizer que esse projeto começou a tramitar recentemente, acho que na semana passada, e foi para Comissão de Constituição Justiça, portanto ele não está para ser votado ainda, vai tramitar, vai ser objeto de muita discussão e muito debate aqui na Casa. Eu achei importante a manifestação do sindicato e com certeza nós vamos levar em consideração também os interesses de vocês antes de votar esse projeto, que deve demorar pelo menos um mês ainda para entrar na Ordem do Dia. Só a título de esclarecimento. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando, com urgência, a instalação de telas ou redes de proteção ao longo de pontes e viadutos localizados em Campo Grande, pelo fato de estar ocorrendo vários casos de suicídio de pessoas que se jogam dos viadutos na rua Ceará e do Moreirão. Então, para que sejam evitados novos casos de suicídio cometidos nesses viadutos, nós estamos solicitando ao secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande a instalação dessas telas de proteção, tanto na avenida Afonso Pena quanto na avenida Salgado Filho. Esses viadutos têm grande fluxo de pessoas e por sua localização central têm se tornado pontos de recorrentes tentativas de suicídio, gerando grande preocupação social, além das perdas irreparáveis de vidas, episódios esses que impactam profundamente familiares, transeuntes e servidores públicos envolvidos nos resgates. A adoção de medidas preventivas como a instalação de telas de proteção já é realidade em diversas cidades do país e do mundo e têm se revelado eficazes na redução dos casos. Essas medidas somadas às campanhas de conscientização, incentivam a saúde mental e contribuem para salvar vidas e reforçar o compromisso do poder público com a proteção e o bem-estar da população. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à direção da Escola Municipal Indígena Gabriel Laureano, pelo desempenho da aluna Maria Ester Cabrocha Miranda, de doze anos, no segundo concurso de desenho da Defensoria Pública da União, que teve como tema as contribuições dos povos indígenas e quilombolas para o enfrentamento da emergência climática e justiça ambiental. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à direção da Escola Municipal Dionísio Antônio Vieira, da comunidade rural e quilombola de Furnas do Dionísio, pelo brilhante desempenho do aluno Victor Gabriel Ordones Martins, nesse mesmo concurso de desenho. Eu tenho aqui dois desenhos que foram selecionados, um do aluno da comunidade quilombola e o outro da comunidade indígena. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) - Eu não poderia deixar de registrar na Sessão de hoje um fato histórico que aconteceu ontem, na Câmara dos Deputados, quando foi aprovado o projeto encaminhado pelo governo do presidente Lula que isenta do pagamento de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5.000,00, e redução na tarifa para quem ganha até R\$ 7.350,00. Isso é uma votação histórica, presidente, porque milhões de brasileiros vão deixar de pagar Imposto de Renda com esse projeto que foi aprovado. Eu tenho aqui um levantamento para mostrar a importância desse projeto: uma pessoa que ganha até R\$ 5.000,00, hoje, tem descontado de Imposto de Renda R\$ 312,89 e, com esse projeto aprovado, ela não vai ter mais esse desconto. Então, se somar ao longo dos doze meses do ano, ela vai ter então uma economia de quatro mil e sessenta e sete reais, ou seja, é quase um salário a mais que ela vai receber ao longo do ano, vai ser quase o equivalente ao décimo quarto salário. Portanto, cinquenta milhões de brasileiros vão deixar de pagar Imposto de Renda com esse projeto. E o mais interessante é que quando o Governo deixa de arrecadar com quem ganha até cinco mil reais, ele tem que tirar de um lugar para compensar, e aí vai tirar de quem ganha mais, e quem ganha mais, quem ganha acima de seiscentos mil reais por ano, vai pagar um pouco mais de Imposto de Renda, cinquenta mil reais por mês. Então, senhor presidente, isso é fazer justiça fiscal: quem ganha mais, paga mais; quem ganha pouco, não paga nada! É isso que é o governo do presidente Lula está fazendo para fazer justiça fiscal em nosso país. Eu penso que foi uma votação histórica que ainda vai passar pelo Senado, mas, com certeza, vai ser aprovado, como ontem foi aprovado por unanimidade. Então, no Brasil, que é um país injusto e muito desigual, onde 1% dos mais ricos têm praticamente metade da riqueza nacional, essa parcela tem que contribuir mais e aliviar a carga tributária para os trabalhadores que têm seu imposto descontado no salário. Portanto, parabéns ao governo do presidente Lula por essa medida que faz justiça fiscal. Era isso presidente. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Só para lembrar ao deputado Pedro Kemp que o imposto passa a ser progressivo, porque além da isenção para quem ganha até cinco mil reais, quem ganha até sete mil e duzentos terá reduções escalonadas. Então de cinco até sete mil e duzentos reais haverá uma redução do imposto que é pago hoje. Quero dizer que, sem dúvida, foi uma vitória imensa para os trabalhadores, para aquela classe que ganha menos, pagar menos, e quem ganha mais, pagar mais, como apregoa a justiça fiscal que está no Código Tributário Nacional.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero registrar e agradecer a presença, neste Plenário, do prefeito de Cassilândia, meu amigo Rodrigo, e da

sua esposa Kelly, e avisar o deputado Caravina que o projeto que era três por um, virou quatro por um agora, viu Rodrigo. Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Bom dia, meu irmão, presidente Paulo Corrêa. Primeiramente quero comentar a fala do deputado Pedro Kemp e também dizer ao deputado Zeca do PT, que é muito amigo do presidente Lula, que o que é bom tem que ser reconhecido, mas eu trago aqui hoje uma sugestão para o senhor levar para o presidente Lula, referente ao Benefício de Prestação Continuada, porque, hoje, somente as pessoas com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 3/4 do salário mínimo têm esse benefício que ajuda muito as famílias atípicas. O que acontece é que muitas vezes o marido trabalha, tem uma renda um pouco acima disso e a mulher acaba perdendo o direito de receber, mas o tratamento de uma pessoa com deficiência é extremamente caro. Então, eu acho que o presidente Lula deveria rever essa situação para que aquelas mães que cuidam dos membros da família, praticamente, vinte e quatro horas por dia e não podem trabalhar fora, tenham o direito de receber esse benefício que irá fazer uma grande diferença no orçamento familiar. Então, eu venho aqui com um projeto de resolução no sentido de criar uma Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, haja vista que é preciso ter um diálogo maior com os Governos Federal e Estadual e com os municípios, com relação ao orçamento e à preparação do futuro para melhorar as condições dessas famílias. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Gonçalves Leite Filho, solicitando a possibilidade de formalização de convênio entre o Executivo estadual e municipal, visando às obras de pavimentação asfáltica de vias públicas no município de Dourados, perfazendo o total de, aproximadamente, dois mil e quatrocentos metros de pavimentação, nos trechos das ruas Maria Mércia Machado e no corredor público Bento Machado Lobo. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a designação de um perito médico legista para atuar no município de Ivinhema. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando a união de esforços e gestão conjunta no sentido de destinar recursos visando à aquisição de um aparelho de ressonância magnética e um tomógrafo, para atender às necessidades do município de Ivinhema. Só isso senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado um requerimento de informação ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, solicitando informações acerca do edital de chamamento público da Semadesc, Fundo Clima Pantanal nº 004/2025 - PSA Brigadas, e quais foram os fundamentos técnicos e jurídicos que motivaram a desqualificação de organização da sociedade civil de reconhecida atuação no Pantanal como o Ecoa Ecologia e Ação e Coletivo Ambientalista Indígena (Caianas), entre outras, considerando que tais entidades historicamente atuaram na linha de frente do apoio às brigadas comunitárias ribeirinhas indígenas; considerando que, segundo o trabalho, o resultado homologado dessas organizações tiveram os seus recursos indeferidos com base em alegação de irregularidades documentais, solicita-se esclarecimento sobre qual razão de se adotar interpretação restritiva nos casos como o do Ecoa, cuja certidão trabalhista estava válida no momento da inscrição. O combate aos incêndios florestais do Pantanal demanda a soma de todos os esforços possíveis, sejam governamentais ou da sociedade civil organizada, e, nesse sentido, a exclusão de entidades de comprovada experiência pode comprometer a eficiência na execução das ações de prevenção no atendimento às brigadas comunitárias e na proteção do meio ambiente. Assim, pergunta-se: quais medidas o Governo do Estado pretende adotar para suprir a lacuna deixada pela desclassificação dessas organizações? Quem será a entidade ou ONG designada pelo Governo para garantir o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), capacitação, formação e apoio logístico às brigadas voluntárias, em especial as comunidades ribeirinhas, indígenas, que relatam vulnerabilidade diante da iminência de queimadas? De que forma será assegurado, de maneira emergencial, o suporte técnico e material às brigadas comunitárias que hoje estão sem estrutura mínima para atuar, de forma segura, evitando o agravamento dos incêndios florestais e de seus impactos ambientais e sociais? Por fim, solicita-se ao Governo que esclareça como pretende garantir que o Programa PSA Brigadas cumpra integralmente os objetivos previstos no edital, contemplando a participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais do Pantanal, conforme estabelecido no chamamento. Quero dizer que, em função da seca, a gente já começa a perceber alguns incêndios pelo Brasil afora e temos muita preocupação sobre o que pode acontecer aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, visto que o ano passado foi bastante tenso. Será que as brigadas estão preparadas para assumir esse trabalho imediatamente? Trago aqui um requerimento de informação. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Ramon Queiroz, com cópia ao coordenador municipal de Defesa Civil de Paranhos, senhor Walter Manoel da Rosa, solicitando informações concretas e específicas acerca das medidas adotadas pelo Poder Executivo Municipal, em resposta às consequências das intensas tempestades ocorridas recentemente em Paranhos, com destruição, destelhamento, danificação das casas e galpões, desabrigo de famílias e bloqueios de estradas em função

da queda de árvores causada pelo vendaval. O município de Paranhos já elaborou e enviou à Defesa Civil estadual federal o plano de trabalho referente ao decreto de situação de emergência? Qual o levantamento oficializado realizado sobre os números de famílias que tiveram suas casas totalmente e parcialmente destruída pelas tempestades? Quais as providências já tomadas para auxiliar as famílias das comunidades Ipoí e Pirajuí, impactadas pelas tempestades intensas? Há previsão de criação ou programa específico para aquisição e fornecimento de telhas de fibrocimento e eternit, e outros materiais de construção destinados à reparação de moradias antigas? Está sendo disponibilizado apoio sobre as formas de insumos, como óleo para motosserras, e organização de mutirões com mão de obra qualificada para a reconstrução das casas? Existe levantamento oficial das áreas de roças destruídas, em especial das comunidades indígenas mencionadas? Está previsto algum programa de distribuição de semente para replantio das roças afetadas? Estão sendo ofertados ou planejados programas de segurança alimentar para as famílias diretamente afetadas pelas tempestades? Nós tivemos uma tempestade em Paranhos há algum tempo e as famílias ainda estão sofrendo diante da destruição do vento na região. Portanto, faz-se esses questionamentos. Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero falar sobre a visita do ministro da Educação. Eu acompanhei a agenda dele e ontem a gente inaugurou a sede da reitoria da UFGD, em Dourados, uma obra que estava parada há mais de doze anos, e na oportunidade visitamos também a obra de ampliação da maternidade que está sendo feita no HU – Unidade da Mulher e da Criança, que oferece atenção a mulheres e crianças, inclusive com atendimento relacionado à gestação, como o projeto de acolhimento à perda gestacional. Aqui em Campo Grande, nós visitamos a Escola Lúcia Martins Coelho e, posteriormente, a obra do prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Campo Grande, cuja previsão de entrega é para o próximo ano. Na oportunidade, eu apresentei a ele a necessidade de ampliação da política de educação aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, e reforcei uma reivindicação da categoria em Dourados, que é a demanda da construção de novas escolas para garantir mais salas de aula e diminuir a superlotação do primeiro ao quinto ano. Nós temos uma situação bastante caótica que é a falta de vagas, principalmente nas primeiras séries, porque a cidade está crescendo, a estrutura da cidade não está acompanhando e com isso a superlotação das outras das salas já existentes. Eu estou falando do primeiro ano e não da educação infantil, que é também uma outra demanda gritante da educação em Dourados. Também apresentei demandas da educação superior e do ensino médio da população indígena, reivindicando a instituição de um Instituto Federal dentro do território indígena na aldeia de Dourados, com temas importantes para a comunidade indígena. Apresentei também uma solicitação da comunidade acadêmica dos estudantes indígenas, que é ter um Campus da Universidade Indígena, que vai ter sede em Brasília, mas que tenha um Campus em Dourados que atenda os povos Guarani Kaiowá. Além dessa pauta, eu apresentei uma proposta que tenho defendido, que é a criação de um programa federal para ter um busão que garanta que os

estudantes indígenas tenham acesso à universidade, porque tem vagas, tem cotas, mas há a questão da dificuldade de acesso, porque os indígenas moram em áreas onde não há transporte público, o que dificulta o deslocamento deles dos seus territórios até a universidade. Então, há a necessidade de um programa específico que atenda a população indígena nesse processo. Eu apresentei uma outra demanda junto às bancadas federal, estadual e municipais do PT, com uma reivindicação que já discutimos aqui na Assembleia Legislativa, sobre a criação da Universidade do Pantanal. Na oportunidade, o professor Élvio veio esclarecer a importância de se ter uma universidade do bioma, que atenda à demanda da região, que estude o desenvolvimento local e também que atue na fronteira. Então, nós aproveitamos a vinda do Ministro da Educação aqui para defender a educação pública, gratuita, de qualidade, em todas as instâncias, da educação básica ao ensino superior. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e a todos nos acompanham pela TV ALEMS e Rádio ALEMS. Quero cumprimentar os vigilantes aqui presentes, membros do Sindicato dos Vigilantes, e dizer que é um prazer recebê-los nesta Casa. Eu já conversei com o presidente do sindicato e a preocupação dele, deputado Pedrossian, é com relação ao projeto que já se encontra na CCJR para ser analisado sobre a constitucionalidade e o vício de iniciativa, mas com certeza será analisado com todo carinho e respeito que a categoria merece. Senhor presidente, trago aqui duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Administração, senhor Frederico Fellini, solicitando a inclusão do pagamento de horas extraordinárias a todos os servidores da Polícia Civil do estado, que realizam plantão, independentemente de sua lotação, bem como a revisão do reajuste de duzentos reais, previsto no artigo 4º do Decreto Estadual nº 16.669/2025, destinado aos servidores que realizam o plantão nas DEAMs e na Casa da Mulher Brasileira. Senhor presidente, essa indicação vai para análise da SAD, do nosso competente secretário de Administração, Frederico Fellini, e ao governador Eduardo Riedel, primeiro com relação ao valor de duzentos reais que foi apresentado no plantão para os policiais que prestam serviço nas Delegacias da Casa da Mulher Brasileira, para atender a crescente quantidade de crimes de violência doméstica. A revisão desse valor se faz necessária pelo fato de estar sendo aberta a possibilidade de os policiais se apresentarem voluntariamente para prestar esses plantões extraordinários, fazer essa adesão, mas entendo que esse valor precisa ser alterado para que seja justo com o trabalho importante que eles representam. A gente sabe da questão do Estado, da análise financeira, e por isso a indicação para que seja feito um estudo sobre a possibilidade de aumentar esse valor, visto que o mesmo não agradou a categoria porque ficou muito aquém da expectativa. Então, eu peço nessa indicação uma análise para que as horas extraordinárias sejam definitivamente implantadas, mesmo porque já tem uma previsão legal na lei nacional. No interior do estado, tem policiais que

acabam extrapolando o seu horário de trabalho em razão da deficiência de efetivo, e a expectativa de melhora é com o concurso público que já está em andamento e deve ser concluído ainda este ano. Na realidade hoje, os policiais trabalham além do seu período de plantão regular e seria justo que essas horas fossem pagas, seria um incentivo que traria melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, um melhor atendimento à população. Essa indicação é para que seja feita uma análise para melhorar esse valor e que o mesmo seja estendido a todos os policiais civis do Estado de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, com cópia aos membros da bancada federal do estado no Congresso Nacional, solicitando aporte de recursos para realização e execução de obras de reforma e modernização do terminal rodoviário do município de Ponta Porã, uma cidade turística e ponto estratégico para a mobilidade da população. A estrutura do referido terminal encontra-se deteriorada e a sua revitalização irá garantir segurança, conforto e melhor acolhimento aos usuários. Esse pedido veio do atuante vereador de Ponta Porã, Cuca Valdez, visto que a região da fronteira com o Paraguai será revitalizada com recursos do Focem, e a reforma do Terminal Rodoviário seria bem-vinda neste momento. Senhor presidente, por hoje era só. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar a todos que prestigiam a nossa Sessão, de modo especial os vigilantes que hoje vêm com uma demanda específica, a imprensa, e quem nos assiste pela TV Assembleia. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Bruno Hendrick, diretor-presidente da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (Fundtur), solicitando providências no sentido de viabilizar a instalação de placas de sinalização próximas à BR-163, indicando o acesso às atrações turísticas da Cachoeira das Palmeiras, localizada no município de Coxim, em atenção à demanda apresentada pela vereadora Adriana Nabhan, da Câmara Municipal, por meio da Indicação nº 287/2025, conforme solicitação anexa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Maurício Simões Correia, secretário de Estado de Saúde, solicitando providências urgentes para imediata manutenção e/ou substituição do sistema de refrigeração do Pronto Socorro do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, que se encontra totalmente desativado. O pleito encontra justificativa no anseio da população e de membros daquela unidade hospitalar que encaminharam o pedido ao nosso gabinete, reforçando a urgência e a relevância do atendimento desta solicitação. A presente indicação tem como objetivo atender uma situação emergencial vivenciada no Pronto Socorro do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa de Mato Grosso do Sul, solicitando providências urgentes para a realização de serviço de manutenção de rede de energia elétrica no projeto do Assentamento Uirapuru, localizado

na zona rural do município de Nioaque. A presente solicitação tem como fundamento o ofício e o requerimento encaminhados ao nosso gabinete pelo vereador Jorge Fernandes Lemes, da Câmara Municipal de Nioaque, documentos esses que seguem anexos, reforçando a necessidade de urgência na demanda apresentada pela comunidade local. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Nelson Soares Neto, diretor-presidente da concessionária Motiva Pantanal, solicitando que seja viabilizada, em caráter de urgência, a devida sinalização no desvio da BR-163, no município de Jaraguari, de forma a garantir a segurança e orientar adequadamente os motoristas que utilizam a rodovia BR-163. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais do Estado de Mato Grosso do Sul (Core-MS), na pessoa do seu diretor-presidente, senhor Jairo Jorge Duarte de Rezende, em celebração ao Dia Estadual do Representante Comercial, instituído por meio da Lei nº 4.216, de julho de 2012, comemorado no dia 1º de outubro, data em que se reconhece a relevância dessa categoria profissional responsável por intermediar negócios, ampliar oportunidades e fortalecer as cadeias produtivas que tanto contribuem para a economia, para a geração de emprego e para o fortalecimento das relações comerciais no estado e no Brasil. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que seguem. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Roberto Santos Cunha, pela publicação do livro "Mais Forte aos 40 - disciplina, filosofia e corpo como templo", que já se destacou como um dos mais vendidos no Brasil no mês de seu lançamento, setembro de 2025. A obra que conta com prefácio do medalhista olímpico de judô Tiago Camilo, alia experiências de vida, fundamentos filosóficos e práticas cotidianas, inspirando a busca por equilíbrio, saúde e bem-estar, especialmente a partir da maturidade. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Adanilton Faustino de Souza, pelo seu falecimento ocorrido no dia 1º de outubro de 2025, em Campo Grande. Figura de grande relevância para o município de Camapuã e para todo o estado, foi pecuarista, líder comunitário, um dos principais incentivadores do esporte do Laço Comprido em Mato Grosso do Sul, exerceu a presidência da Federação Estadual de Laço Comprido, onde trabalhou pela organização e valorização da modalidade, tornando-se referência e ícone da tradição cultural do campo; esteve à frente dos clubes de laço de Rio Verde, Camapuã e Portão Quebrado, fortalecendo a prática esportiva e o convívio comunitário. Sua dedicação, liderança e espírito agregador o transformaram em exemplo de perseverança, amizade e compromisso com a preservação das tradições sul-mato-grossenses. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que seguem. Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Gostaria de pedir para assinar com Vossa Excelência a moção de pesar do Adanilton, que era da minha família.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, peço licença para me ausentar da Sessão, porque tenho uma atividade no Incra e no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na cidade de Nioaque, para a qual fui convocado por ser presidente da Comissão de Agricultura. Amanhã de manhã, eu e o deputado Caravina vamos estar em Bataguassu, participando da entrega dos títulos definitivos dos assentados da reforma agrária, e amanhã, às quatorze horas, estaremos em Anaurilândia para uma reunião com os trabalhadores rurais acampados e que, por iniciativa do governo do presidente Lula, receberão, provavelmente ainda este mês ou mês que vem, as áreas definitivas dos seus lotes no mais novo assentamento de Mato Grosso do Sul. Com a agenda puxada, peço licença a Vossa Excelência para me ausentar, e como eu sou o primeiro inscrito no Grande Expediente, gostaria de passar o meu tempo ao meu caro amigo deputado Zé Teixeira, que tem contribuído muito com debate a respeito da reforma agrária, da agricultura familiar e da tributação da grande fortuna, que tenho certeza de que ele também é favorável. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Zeca do PT, eu queria fazer uma contraproposta para Vossa Excelência e para o Plenário. Nós estamos com dezenove deputados nesta Sessão e com a sua saída ficaremos com dezoito. Para aprovar os projetos de resolução que estão na pauta, nós precisamos de dezesseis votos. Então, eu gostaria de pedir a Vossa Excelência para permanecer e, se todos estiverem de acordo, eu vou inverter e deixar o Grande Expediente para depois da Ordem do Dia. Peço compreensão dos deputados Pedrossian Neto, Roberto Hashioka e Lidio Lopes, que estão inscritos no Grande Expediente, para que a gente possa passar para a Ordem do Dia, para que possamos votar os projetos. Todos estão de acordo?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Presidente, Vossa Excelência poderia inverter no Grande Expediente e deixar a gente terminar o Pequeno Expediente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu estou pedindo só para inverter. Todos estão de acordo? Passemos à **ORDEM DO DIA**. Os itens serão votados em bloco, com exceção do Item 1 porque o nosso presidente, deputado Gerson Claro, e o governador Eduardo Riedel, estão nos representando neste momento, em cima da ponte da Rota Bioceânica, recebendo o presidente da República do Paraguai, Santiago Penha, que, posteriormente, irá a Dourados visitar as instalações da JBS e à noite estará aqui em Campo Grande. O Item 2 foi retirado de pauta por ausência da deputada Lia Nogueira. Item 3. O deputado Roberto Hashioka está presente. Item 4. O deputado Lucas de Lima está presente. Item 5. O deputado Coronel Davi está presente. Item 6. A deputada Mara Caseiro está on-line. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação os Itens 3, 4, 5 e 6, em bloco.



Projetos de Decretos Legislativos nºs 00054/2025, 00051/2015, 00048/2025 e 00056/2025, de autoria dos deputados Roberto Hashioka, Coronel David, Lucas de Lima e Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovados: Projeto de Resolução nº 0054/2025, que concede Título de Cidadão Sul-Mato-Grossense ao senhor Tomás Bawden de Castro Silva; Projeto de Resolução nº 048/2025, que concede a Medalha do Mérito Legislativo ao senhor Fabio Gomes de Souza; Projeto de Resolução nº 0051/2025, que concede a Medalha do Mérito Legislativo ao senhor Regis Albertini; Projeto de Resolução nº 056/2025, que concede a Comenda do Mérito Legislativo à senhora Niágara Patrícia Gauto Kraievski. Vão ao Expediente. Item 7. Em discussão única. Projeto de Lei nº 219/2025. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação à sala do Tribunal do Júri da Comarca de Maracaju". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00219/2025, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 8. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 193/2025. Autor: Poder Executivo. "Institui o Programa de Recuperação de Empresas estabelecidas no Estado de Mato Grosso do Sul, denominado 'Programa Recupera-MS', para regularização de débitos de contribuintes em processo de recuperação judicial ou em liquidação nas condições que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto... Concedida vista ao deputado João Henrique. Item 9. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 222/2025. Autor: deputado Renato Câmara. Retirado de pauta, por ausência do autor. Item 10. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 007/2025. Autor: Ministério Público Estadual. "Altera a Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, a fim de aprimorar a legislação institucional, em especial a norma de transição relativa ao preenchimento de vagas nas Promotorias de Justiça de Campo Grande, decorrente da remoção na carreira do Ministério

Público e de membros de entrância final das Comarcas de Dourados, Três Lagoas e Corumbá". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00007/2025, de autoria do Ministério Público.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT)

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.



DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda. Item 11. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e cinco indicações e seis moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 12. Moção de pesar. Moção de pesar, apresentada pelo deputado Pedrossian Neto, em razão do falecimento da senhora Floriza Souza Rodrigues Correia. Em discussão... Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Vou voltar ao Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Obrigado pela compreensão, senhores deputados.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Muito bom dia, senhor presidente e caros colegas deputados. Quero usar essa tribuna para tratar da questão desse projeto de lei que atinge os trabalhadores da vigilância, os trabalhadores privados, e dizer que eu sou o relator desse projeto. Quero cumprimentar e saudar, de maneira muito especial, os componentes do sindicato e pedir uma salva de palmas para trabalho que é feito. Nós temos uma discussão importante a ser feita e logicamente vamos tratar da questão da constitucionalidade, é uma matéria técnica, vamos analisar vício de iniciativa, a questão de hierarquia de leis, juridicidade e técnica legislativa. Do ponto de vista do mérito, a nossa preocupação é resolver a situação dos policiais, mas criar um outro problema para os profissionais que estão dentro do mercado privado. Então, eu acho que cada um dentro do seu quadrado. A vida dos policiais poderia ser resolvida de outra maneira, talvez através de um outro caminho legislativo, ou seja, a regulamentação da jornada especial extraordinária, porque aí você consegue resolver e dar recursos para os policiais, porque é importante valorizar e trazer renda para esse policial, mas dentro da carreira de Estado, senão estará invadindo outra competência, invadindo o mercado privado, e isso não é bom para nenhum dos dois. Eu não quero com isso antecipar o nosso voto na CCJR, nós vamos nos debruçar sobre juridicidade, constitucionalidade, mas eu quero dizer que no mérito todas essas discussões importantes terão que ser feitas. Uma saudação especial ao Sindicato dos Vigilantes. Grande abraço.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu conheço o Celso, que é o presidente do sindicato, e em nome dele quero cumprimentar toda a diretoria. Quero dizer que eu entrei na Universidade Federal em 1985 como vigilante, e como disse aqui o deputado Pedrossian Neto, cada um no seu quadrado. Eu tenho certeza que a CCJR vai analisar de forma criteriosa e não vai permitir que uma categoria de homens e mulheres que têm trabalhado dia e noite para trazer o sustento para sua casa, venha ser penalizada em detrimento de outra categoria. É uma alegria enaltecer a Polícia Militar que é uma das melhores do Brasil, reconhecida pelas polícias militar, civil, e pelas forças de segurança pública, mas os avanços têm que ser tratados dentro do estatuto, dentro da sua norma e junto ao Governo, para que não venha trazer nenhum dano para a categoria dos trabalhadores da iniciativa privada. Portanto, eu tenho certeza que a diretoria vai saber definir essa situação com muita seriedade. Obrigada.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, eu gostaria de cumprimentar os agentes e vigilantes, e como ex-comandante-geral da Polícia Militar quero dizer que já apresentei aqui um anteprojeto de lei, endereçado ao Governo do Estado, a fim de que policiais militares e bombeiros militares, possam, nos seus períodos de folga, realizar atividades de Estado dentro da Polícia Militar e também dentro do Corpo de Bombeiros. Eu fui comandante-geral e o "bico" é ilegal, ele não pode acontecer dentro da nossa instituição porque acaba com aquilo que sustenta a instituição militar, que é a hierarquia e a disciplina. Eu acredito que esse projeto vai receber uma atenção especial na CCJR, inclusive já disse ao deputado João Henrique que sou frontalmente contra, porque vai contra tudo aquilo que a gente prega dentro da instituição da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Então, contem com a minha ajuda, com a minha colaboração, a gente tem que valorizar essa atividade que vocês fazem. Em hipótese alguma o Estado pode competir com a atividade privada. Só isso.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só complementando a fala dos colegas, quero dizer que com relação ao pleito dos vigilantes, o projeto foi distribuído na CCJR para o deputado Pedrossian Neto. Eu acredito que será feita uma análise mais aprofundada, mas entendo que se o projeto tem vício de constitucionalidade, não tem chance de ser aprovado

na CCJR e talvez nem chegue ao Plenário. Senhor presidente, eu pedi a palavra no Pequeno Expediente, para apresentar uma moção de congratulação endereçada ao recém nomeado desembargador doutor Dejailson de Souza, que em breve estará tomando posse como o mais novo desembargador do Tribunal de Justiça. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Posso pedir que seja feita pela Casa?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Com certeza.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Eu ouvi com muita atenção a colocação do nosso vice-líder aqui, o Pedrossian, com relação ao projeto sobre os policiais que está sendo apresentado. Eu acho que seria muito melhor que em cidades menos habitadas, com menos de 30.000 habitantes, onde não tem tanto estresse dos policiais como na cidade grande, ter um incentivo salarial ao policial do Estado. Se ele mudar de 24h por 72h, vai trabalhar 36h por 36h, então seria melhor aumentar o salário do que apresentar um projeto sem sentido, mesmo porque fazer "bico" autorizado é uma utopia. O que acontece hoje é que eles já fazem "bico" sem autorização nas 72h de folga, quando estão livres e podem fazer aquilo que bem entenderem, desde que seja dentro da lei, que não seja arbitrário. O que não podem é exercer a função de policial porque não estão a serviço do Estado e sim a serviço particular. Então, se o policial quiser fazer segurança de um show, de um baile, que faça um "bico" para ajudar, porque pagar luz, água, aluguel de casa, com R\$ 5.400,00 reais é quase impossível. Ainda bem que agora, acima de R\$5.000,00, vai haver isenção de Imposto de Renda, e de acordo com a tabela progressiva, vai até R\$7.500,00 reais. Então eu deixo aqui consignado o meu voto contrário, porque acho que o projeto não traz benefício nenhum aos policiais, além de um prejuízo muito grande aos vigilantes da iniciativa privada. Eu tenho um projeto de lei aqui para que evite que eles sejam constrangidos dentro do seu serviço, o que é um direito de qualquer cidadão. Eu fiz uma lei, mas isso já é previsto constitucionalmente: ninguém pode ser constrangido. Então, eu não vejo prejuízo ao Governo, não vejo inconstitucionalidade, não vejo nada, o Governo pediu. Eu não sou da Comissão de Constituição e Justiça, mas a ordem vem de cima para baixo, o legislador aqui está valendo muito pouco. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados e deputadas, senhoras e senhores, aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Indico à Mesa, observadas as

disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, com cópia ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, solicitando, em regime de urgência, Operação Tapa-Buraco na MS-386, no trecho que interliga o município de Mundo Novo ao distrito de Jacareí, pertencente ao município de Japorã, cuja distância é de, aproximadamente, trinta e quatro quilômetros e meio. A presente indicação atende à demanda do presidente do Instituto de Formação e Orientação à Criança e ao Adolescente (Foca), de Mundo Novo, senhor Adam Amaral, fundamentado no estado precário de conservação da via que apresenta inúmeros buracos e deformações, colocando em risco a segurança dos motoristas, motociclistas e pedestres que diariamente transitam por aquele trecho. Era isso, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício deputado Paulo Corrêa! Bom dia, nobres pares, a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e também a quem nos assiste através da TV Alems. Quero, de forma especial, cumprimentar a Associação dos Seguranças Privados e dizer a vocês que podem contar com o nosso apoio nesta Casa de Leis. Eu sempre fui defensor da segurança privada pelo trabalho prestado e estamos à disposição, conte conosco sempre em defesa de toda instituição. Senhor presidente, eu quero fazer três indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul), senhor Renato Marcilio da Silva, solicitando a realização de estudos técnicos com vistas à reforma da unidade de atendimento localizado no município de Douradina, considerando o visível estado de deterioração do imóvel e a ausência de intervenções há mais de dez anos. A presente indicação visa atender ao interesse público, promover a valorização dos espaços públicos e garantir melhores condições de trabalho aos servidores, bem como, um atendimento digno à população. Justificativa anexa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiros Daher, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme de Alcântara, solicitando estudos técnicos e orçamentários com vistas à reforma e manutenção das instalações físicas da Escola Estadual Jose Ferreira, situada no município de Três Lagoas. A presente indicação tem por finalidade atender aos anseios da comunidade escolar composta por alunos, docentes, servidores e familiares, que têm manifestado reiteradas preocupações quanto à precariedade da infraestrutura da unidade educacional. Relatos apontam vários problemas estruturais que comprometem não apenas o processo pedagógico, mas também a segurança e o bem-estar dos que frequentam diariamente o referido estabelecimento de ensino, tendo em vista que a educação é direito social fundamental, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal, e que compete ao poder público assegurar condições adequadas

para o pleno desenvolvimento do ensino. Justificativa anexa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit, de Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Júnior, solicitando estudos para reparos e manutenção da BR-262, nos trechos compreendidos entre Campo Grande e Miranda, bem como Miranda e Corumbá. A presente indicação visa atender ao clamor dos munícipes, comerciantes e demais usuários da BR-262, nos trechos supracitados que se encontram em condições precárias de trafegabilidade, caracterizados por diversas irregularidades na malha asfáltica, como buracos, desgaste e fissuras no pavimento, além de insuficiência de sinalização horizontal e vertical e da carência de iluminação pública adequada. Justificativa anexa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Náutico Futebol Clube, pela conquista dos campeonatos estaduais sul-mato-grossense Sub-9, Sub-13, e Sub-15, no ano de 2025. Os membros da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representados por este deputado, parabenizam o Náutico Futebol Clube pela brilhante conquista dos campeonatos estaduais sul-mato-grossense Sub-9, Sub-13, Sub-15 do ano 2025. Essas vitórias são fruto do talento, da dedicação e do comprometimento de seus atletas, bem como do trabalho incansável de suas comissões técnicas que não mediram esforços para alcançar o mais alto lugar do esporte de base do nosso Estado. Com muito orgulho celebramos o sucesso do Clube do Náutico Futebol Clube, que com suas conquistas engrandece o esporte sul-mato-grossense e inspira nossos jovens atletas a seguirem um caminho de dedicação, disciplina e superação. Portanto, registramos nosso reconhecimento, orgulho e apoio, desejando que o clube continue colhendo vitórias e sendo exemplo para todo Mato Grosso do Sul. Que Deus abençoe a trajetória e fortaleça cada atleta, técnico e colaborador nesta caminhada de conquistas. O que nos enche de alegria é saber que o Náutico é um clube de bairro de Campo Grande, nasceu no Santo Antônio, tem uma unidade aqui na Chácara Cachoeira, e ele valoriza muito os atletas dos bairros de Campo Grande, ou seja, meninos que estão nas escolinhas e que foram campeões do Sub-9, Sub-13 e Sub-15 do Campeonato Estadual. Era que tinha, senhor presidente. Muito obrigado. Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, só para comunicar à Mesa que semana que vem eu não estarei presente nas Sessões, tendo em vista que vou estar em Juy Juy, acompanhando o processo da Rota Bioceânica, visitando e discutindo, em missão do Governo que também estará presente. Então, por essa razão, não estarei presente nas sessões da semana que vem. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vou solicitar ao senhor presidente que o designe em missão oficial, em Juy Juy.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Muito Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Corrêa - PSDB) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Henrique: duas moção de pesar (Prot. nºs 3837/2025, 3834/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 03812/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 3836/2025, 03835/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de pesar (Prot. nº 03833/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de resolução (Prot. nº 3840/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 03849/2025); duas moções de congratulação (Prot. nºs 03848/2025, 03846/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: dezoito indicações (Prot. nºs 3813/2025, 3814/2025, 03815/2025, 3816/2025, 3817/2025, 03818/2025, 03819/2025, 03820/2025, 03821/2025, 03822/2025, 03830/2025, 3829/2025, 03828/2025, 3827/2025, 03826/2025, 03825/2025, 03824/2025, 03823/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 3839/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 3843/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 03831/2025, 3832/2025, 3845/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma moção de aplauso (Prot. nº 3807/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Neno Razuk. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Encerrado o Grande Expediente. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, deputado Lidio Lopes. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão. (11h05min).